



RELATÓRIOS DAS REUNIÕES COM O GOVERNO DIA 13 DE JULHO

1ª REUNIÃO, COM MEC:

Data: 13/07/2011 – 10h30

Local: MEC

Presentes: SETEC/MEC – Eliezer, Aléssio e Amaro; SINASEFE – Elane, Ney Robson e Silvio (Coordenação Geral); Carmem, Tania e William (Membros da DN na Comissão de Negociação); e Aliomar, Josemar, Tonny e Volmir (Assessoria Técnica). Também acompanharam a audiência os Diretores Roni (Plantão) e Cida (Presente em Brasília).

Iniciamos a reunião perguntando ao MEC se eles já tinham uma posição oficial da nossa pauta, já que tínhamos protocolado a mesma no mês de maio e depois passamos por uma primeira reunião em junho e que até agora não tínhamos nada de concreto por parte do governo.

O Secretário Eliezer abriu a reunião falando do histórico de diálogo entre a SETEC e o SINASEFE e adiantando que a discussão da pauta da entidade tem pontos que deverão ser tratados tanto no MPOG quanto no MEC. Disse que ainda não teria uma resposta por escrito para apresentar, mas que o Amaro iria discorrer sobre a pauta a partir dali.

Sobre os pontos da pauta de reivindicação, foi verbalizado pela representação do MEC/SETEC os seguintes pontos:

1 – Foi informado que já está em curso a implementação de uma política de capacitação dos servidores/as da nossa Rede. Segundo o MEC, foi criada uma secretaria de gestão de pessoas e criada uma escola de formação para os servidores/as nos moldes da escola de formação de gestores da ENAP.

2 – Ainda tratando de elementos presentes no processo de reestruturação das carreiras, informaram que já está em vigor a normativa para o enquadramento dos professores/as dos ex-territórios de Roraima na carreira da EBTT e o Ministro da Educação delegou ao Ministério da Defesa – MD fazer o mesmo com docentes das Instituições Militares de Ensino. A SETEC vai acompanhar esta ação no MD;

3 – O MEC está aberto ao diálogo sobre outras questões funcionais como, por exemplo, as demandas relativas aos/às aposentados/as, mas lembra que os IF tem autonomia e nem sempre aceitam as recomendações do MEC. Aí entra a importância da pressão da base;

O SINASEFE fala da necessidade da instalação da mesa prevista no Termo de Acordo assinado em 2007 para tratar das questões referentes a este e outros pontos como o artigo 120 onde poderemos tratar dessas questões de maneira mais efetiva, com a participação de todos os atores envolvidos no processo negocial daquele Termo de Acordo;

A SETEC fala sobre o banco de dados dos professores/as equivalentes e nas vantagens



deste para resolver o problema da falta de professores/as na rede.

O SINASEFE diz que o MPOG declarou que o banco de professor equivalente será usado somente na reposição atual e não na expansão e o governo diz que tem pronto um PL que trata de agregar os novos cargos ao banco atual.

Quanto ao ponto 3 da pauta que trata da Democratização das Instituições, a SETEC diz concordar com a possibilidade de todos os servidores/as votarem e serem votados/as, incluindo os/as TAE chegarem ao cargo máximo dos IF. Dizem que devemos construir uma proposta de modificação da legislação passando ao TAES as mesmas coisas direcionadas aos docentes quanto aos critérios de participação no processo eleitoral.

Quanto à presença do SINASEFE no CONSUP, a SETEC lembra que já fez uma nota técnica para a rede e esteve no CONIF levando esta orientação, mas por conta da falta de uma regulamentação de quem escolhe a representação, os Reitores estão procurando resolver esta questão a partir da lógica de uma autonomia dos IF. O Secretário disse que irá verificar a possibilidade de recuperar a Nota Técnica e reenviá-la às instituições com cópia ao sindicato. Alexandre Vidor, enquanto convidado do MEC na reunião, disse que seria importante o governo publicar um Decreto para regulamentar e legitimar esta demanda.

Quanto ao art. 120 da Lei 11784, foi cobrada pelo SINASEFE celeridade para a criação do GT e a necessidade de cumprir o que está no artigo 120 quanto à progressão por titulação até nova regulamentação. O MEC encaminhou no início do ano a proposta de regulamentação ao MPOG onde se encontra até hoje.

Quanto à aceitação automática dos Títulos do Mercosul, o sindicato fez a defesa do cumprimento da legislação atual, lembrando que a maioria das universidades aceitam automaticamente e os IF não. Também foi dito que estes títulos são usados para avaliação dos cursos e não são aceitos para a promoção dos professores/as. A SETEC falou que estão sendo criados Centros de Referência para o reconhecimento e revalidação dos cursos, uma vez que as universidades não têm interesse nesta tarefa, mas que discordam da admissão automática. Desconheciam o quantitativo de professores/as da rede nesta situação e o sindicato informou que chega a 3%. Houve o entendimento do Secretário da necessidade de regulamentação deste assunto por ser polêmico.

Sobre a situação dos ex-territórios, o sindicato perguntou onde os professores/as de Roraima estão exercendo suas atividades e a SETEC ficou de ver, reconhecendo a dívida história do Estado brasileiro com estes professores/as.

A reunião foi finalizada com o pedido do SINASEFE de ter uma resposta oficial do governo até o dia 16, quando acontecerá nossa Plena.



2ª REUNIÃO, COM MPOG:

Local: MPOG

Data: 13/7/2011 – 17 h

Presentes: MPOG – Marcela Tapajós; SINASEFE– Elane, Ney Robson e Silvio (Coordenação Geral); Carmem, Tania e William (Membros da DN na Comissão de Negociação); e Aliomar, Josemar, Tonny e Volmir (Assessoria Técnica). Também acompanharam a audiência os Diretores Roni (Plantão) e Cida (Presente em Brasília).

O governo iniciou a reunião justificando a ausência do Secretário Duvanier que se encontrava em outra reunião do governo e que iria apresentar verbalmente a problematização da pauta, mas que não teriam ainda uma posição final sobre os temas das reivindicações postas pelo SINASEFE.

Falamos da expectativa da categoria e da necessidade de termos uma resposta oficial até o dia 16 de julho, já que teremos um plenária que irá certamente fazer um debate tenso sobre o momento conjuntural que vivemos.

O governo fala que pretende problematizar a pauta e ir amadurecendo à medida que cada ponto será discutido. Diz que não há previsão de qualquer reajuste ou negociações sobre a pauta para 2011, somente para 2012, e que o prazo para o processo negocial deve culminar com o prazo da LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Quanto à política remuneratória, o governo está terminando de analisar alguns cenários onde pretendem diminuir o peso das gratificações e fortalecer o vencimento básico, lembrando que qualquer possibilidade disso ficaria para 2012.

Quanto à racionalização do PCCTAE a proposta recebida da CNS tem vários pontos que precisam ser construídos uma vez que há divergência quanto à reclassificação de cargos no limite da CF/88, como a aglutinação de cargos com diferentes escolaridades e mudança de níveis que o Planejamento considera como ascensão funcional.

O SINASEFE ponderou que fosse feita uma reunião urgente das Entidades que compõem a CNS no MPOG para tratar institucionalmente da questão.

Quanto ao auxílio transporte, o governo não encontrou nenhuma ação judicial que tivesse modificado o posicionamento que modifique a visão do Ministério do Planejamento. Pediu que o SINASEFE enviasse as informações que tinha a respeito e aí nós solicitamos que qualquer informação que necessitassem o fizessem de forma oficial que nós aí enviaríamos a essas informações.

Quanto à democratização dos IF e outras questões, o governo precisa conhecer melhor a realidade. Pede ao sindicato um histórico das demandas apresentadas.

O sindicato, diante da declaração do governo sobre a pauta, de que precisaria de



SINDICATO NACIONAL DOS SERVIDORES FEDERAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA, PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

SINASEFE

Fundado em 11 /11/ 1988 – CNPJ: 03.658.820/0001-63

Filiado à CSP- CONLUTAS e CEA

informações sobre itens da pauta, solicitou que o governo encaminhe à entidade suas dúvidas e marque a data de uma próxima reunião, uma vez que seguimos abertos ao diálogo. Informamos ainda que não poderíamos mais assumir nenhum compromisso de não haver uma mobilização mais radicalizada pela base, já que estávamos há mais de 45 dias aguardando uma resposta oficial do governo, sem que sequer tivessem apresentado uma resposta oficial. Dissemos que só reuniões não resolvem as questões.

O governo diz que como ainda não existe um órgão mediador para as mesas pode haver conflitos, mas que considera precoce antes de esgotar o processo negocial, a tomada de qualquer decisão mais radical, como o uso da greve.

Nós respondemos que para o governo o final da LDO pode ser um limite, mas para nós o limite é haver negociações quanto ao ano de 2011 e não já criando-se uma expectativa apenas para o ano de 2012 como salientou a representante do governo.

O governo propõe a data de 20 de julho, às 11 horas para a próxima reunião. O SINASEFE aceita e pede que a SETEC e FASUBRA sejam convidados para a audiência.